

O DIREITO DE SER, SENDO DIFERENTE NA ESCOLA E A CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURRÍCULO

Carlíane de Oliveira Silva ¹

RESUMO

Este artigo é fruto de estudos e discussões realizadas no grupo de pesquisa NEPEC-Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação Contextualizada desde 2015 como pesquisadora dos temas de currículo contextualizado e Educação Infantil. Esse texto promove uma reflexão crítica sobre Educação Inclusiva e suas faces com um currículo contextualizado com o Semiárido, a partir dos fundamentos teóricos de Mantoan (2015), Orrú (2017), Souza (2010), Silva (2006). O alargamento da ideia de inclusão e sua relação com a contextualização vem se desdobrando desde 2018 buscando compreender as maneiras de interligação entre currículo contextualizado e inclusão, uma vez que à inclusão é um princípio que agrega e conecta saberes e culturas dos sujeitos a partir das interações sociais, cognitivas e afetivas. Desse modo, passamos a repensar sobre o conceito de Educação Inclusiva, por entendemos que não se trata somente de pessoas com deficiências, mas a experiência pedagógica como professora de AEE nos sinaliza sua amplitude e necessidade de ressignificação dos construtos teóricos e práticos. Essa possibilidade de relação ente inclusão e contextualização é possível desde que a escola se aproxime do cotidiano dos sujeitos ali inseridos mobilizando uma vivência de protagonismo das pessoas com deficiências. Neste viés, a experiência de inclusão vivenciada na Escola Terezinha Ferreira de Oliveira indica que a transgressão de barreiras atitudinais tem mobilizado o rompimento das barreiras curriculares, físicas, sociais e de comunicação.

Palavras-chave: Inclusão, Contextualização, Pessoas com Deficiência, Currículo.

INTRODUÇÃO

Consideramos que ambientes humanos de Educação são plurais pela própria natureza, por isso, questionamos por que os espaços escolares não conseguem ainda assumir essa ideia, ou seja, por que encontramos na escola sujeitos com suas histórias e potencialidades excluídas? Pensamos que se quisermos uma formação de crianças, jovens e adultos dentro de um projeto educacional inclusivo necessitamos ainda romper com preconceitos e exercitar a colaboração, a convivência e o reconhecimento de que todos e todas tem um potencial de aprendizagem independente de suas diferenças físicas, sociais, cognitivas, de gênero entre outras. Para que esta forma de educação inclusiva seja vivida no espaço escolar alguns rompimentos devem acontecer e assim, à atual legislação educacional passará a ser vista no cotidiano da escola.

¹ Mestre em Educação e Diversidade-Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Professra de AEE, gabriel.carlianeoliv@gmail.com;

A perspectiva de formar uma nova geração dentro da concepção de uma escola inclusiva e contextualizada pode ser iniciada quando aprendermos que a função da escola deveria ser fazer aprender com significado pois como sugere Mantoan (2015, p.1):

As ações educativas têm como eixos o convívio com a diferença e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula.

Por tudo isso, podemos dizer que a inclusão é transgressora, plural e democrática portanto, suas ações inclusivas ainda não são visualizadas em todos os espaços escolares do nosso país mesmo com o longo caminho de discussão, promulgação de leis e lutas dos diversos movimentos sociais para que essa mudança seja mais efetiva.

Neste viés como professora da Educação Básica ao longo dos anos buscamos mapear práticas pedagógicas que se aproximam da concepção de inclusão no qual, arriscamos a inferir que essas experiências podem também ser identificadas como contextualizadas.

Desse modo, no decorrer desse artigo faremos uma breve narração das ações desenvolvidas na Escola Municipal Professora Terezinha Ferreira de Oliveira buscando elucidar pontos de encontro entre à inclusão e a contextualização.

METODOLOGIA

A perspectiva da inclusão provoca cotidianamente uma desestabilidade da escola nas formas de aprender e ensinar e, isso ocorre a partir das ações realizadas a cada ano que recebemos alunos com deficiências, transtornos de aprendizagem ou que por alguma outra diferença necessite de um trabalho específico, desse modo nos organizamos para avançar em relação a qualidade do ensino no sentido de buscar não excluir nenhum sujeito aprendente.

Para que isso aconteça no início de cada ano letivo a equipe pedagógica coletivamente busca identificar as potencialidades dos estudantes através da aplicação de atividades diagnósticas na sala de aula regular, aplicação de testes operatórios Segundo Piaget e provas projetivas Segundo Jorge Visca na sala de AEE. Vale salientar que são encaminhados para sala de recursos os estudantes diagnosticados com deficiência ou transtornos de aprendizagem (dislexia, discalculia, TDAH, TOD) ou que apresentaram rebaixamento de autoestima ou dificuldades de aprendizagem. Após, este momento de triagem iniciamos

atendimentos individualizados/ ou coletivos com os estudantes, além da realização de momentos formativos com toda a equipe pedagógica uma vez a cada bimestre para estudar, discutir estratégias e planejar ações que possam ser desenvolvidas na sala de aula regular e assim proporcionar que todos e todas participem de acordo a condição de cada um.

Essa perspectiva de realização do trabalho acontece tendo com foco a pesquisa qualitativa, uma vez que consideramos que a abordagem qualitativa busca os sentidos e significados que os sujeitos escolares através das suas narrativas construíram sobre educação inclusiva e contextualização dos saberes, trata-se de uma compreensão de mundo implicada na compreensão da sua própria história, que conforme Minayo(1996, p.22):

[...] A abordagem qualitativa trabalha com um universo de significações, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis [...] aprofunda-se no mundo das significações e relações humanas.

A busca pelo entendimento que à inclusão está sendo sempre refeita nos motivou a proposição de ações que vão além da visão conservadora de inclusão no qual baseia-se na crença que somente as pessoas com deficiência estão inseridas e necessitam de adaptações curriculares, ao contrário estamos no decorrer dos anos defendendo que todos tem o direito de aprender com significado independente de ser uma pessoa com deficiência, ou possuir um transtorno de aprendizagem.

Assim, temos como eixo fundante a formação em serviço no chão da escola como uma estratégia de construir e desconstruir sempre que necessário concepções e fazeres da sala de aula. Além da produção de um caderno de atividades contextualizado com os sujeitos como apoio pedagógico para a sala de aula regular. Esse material nasce das potencialidades e identidade de cada sujeito.

Pensamos que contextualizar os conhecimentos escolares é fundamental para termos a escola inclusiva, pois precisamos aproximar o ensino e aprendizagem à realidade de todos e todas, não podemos mais deixar de fora as pessoas com deficiência como se fossem sujeitos de menor valor na sociedade, pois os conhecimentos são construídos por essas pessoas cotidianamente e assim como os demais estudantes da escola produzem conhecimentos e estes saberes não deveriam ser isolados de outras relações que os sujeitos fazem no mundo.

Além dessas estratégias realizamos constantemente algumas ações que consideramos tão importantes quanto as vivenciadas na sala de aula regular, ou na sala de AEE, trata-se de garantir que os estudantes participem de visitas extraclasse como idas ao cinema, piquinique em espaços públicos que potencializam o contato com a natureza e momentos de relaxamento e trabalho com as cuidadoras dos estudantes com deficiência, pois assim como Marsha Forest a metáfora da inclusão é o caleidoscópio, pois para essa autora o caleidoscópio educacional precisa de que todos os pedaços que o compõem. Quando se retiram pedaços dele, o desenho se torna menos complexo, menos rico. As crianças se desenvolvem, aprendem e evoluem melhor em um ambiente rico e variado.

Temos um grande caminho na busca pela inclusão e contextualização dos saberes dos sujeitos essa implementação acontece diariamente sempre que assistimos aulas mais significativas, encontramos crianças brincando, se movimentando, estudando histórias que trazem as nossas origens sertanejas, ribeirinhas ou quando desenvolvemos um projeto que surge da curiosidade das crianças.

REFERENCIAL TEÓRICO

As possibilidades de transformação da educação escolar com vistas a inclusão e contextualização ganharam força na década de 1990 através de documentos mobilizadores em torno da escola como lugar de inclusão. Neste período foram enfáticos ao afirmarem a necessidade de olhar os sujeitos na escola com suas especificidades, centralizando sua proposta nas crianças, jovens e adultos, ou seja, partindo das suas histórias, sua cultura, da realidade local e do entrosamento das pessoas com suas comunidades como orientou a Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais orientando que:

As escolas precisam desenvolver uma pedagogia centralizada na criança, capaz de educar com sucesso todos os meninos e meninas, inclusive os que sofrem deficiências graves. [...] reconhecer as diferentes necessidades de seus alunos e a elas atender, adaptar-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem das crianças e assegurar um ensino de qualidade por meio de um adequado programa de estudos, de boa organização escolar, criteriosa utilização dos recursos e entrosamento com suas comunidades. Deve ser, de fato, uma contínua prestação de serviços e de ajuda para atender as contínuas necessidades especiais que surgem na escola. (UNESCO, 1994, p. 18).

O documento da UNESCO se originou nos debates de diversos países em torno da educação inclusiva e suas orientações são claras em relação as mudanças que as escolas precisariam gerar para se transformarem em lugar de inclusão, entre elas, vale ressaltar a importância de estabelecer entrosamento dos sujeitos com suas comunidades, aspecto também presente no desenho de uma educação contextualizada.

Assim, verificamos que existe uma relação de ligação entre a garantia de uma educação inclusiva e contextualizada no sentido de garantir aos sujeitos uma educação escolar mais acolhedora que enxerga as potencialidades dos diferentes sujeitos e consegue nessa relação de diálogo propor um ensino mais significativo.

O trabalho desenvolvido por diferentes instituições com IRPAA e RESAB na nossa região continua sendo de grande importância para as escolas efetivar a mudança de olhar sobre o território Semiárido e seu povo, transpondo a ideia de lugar somente seco e feio através da formação da Conquista de conhecimentos sobre o espaço, a cultura, e os aspectos da natureza. Esse movimento de discussão, produção de conhecimentos e desenvolvimento de outras formas de aprender estão contribuindo com os sujeitos no sentido de repensar sobre o que nos homogeneizava e assim, como disse José de Souza (2010) começamos a vencer a “aridez mental”. Portanto, sempre que vencemos a “aridez mental” defendida por Souza podemos construir uma ideia de Semiárido como um lugar bom de viver, capaz de desenvolver tecnologias próprias ao lugar e, assim nos faz refletir também que a escola como espaço de produção de conhecimento significativo, crítico e acolhedor de todos e todas pode vencer a “aridez mental” que aprisiona as propostas pedagógicas e curriculares pensadas somente para aqueles sujeitos considerados sem nenhuma deficiência.

Para tanto, como diz Mantoan (2015, p .36) precisamos “reconhecer as diferentes culturas, a pluralidade das manifestações intelectuais, sociais e afetivas; enfim precisamos construir uma nova ética escolar”. Essa afirmação da autora nos remete a pensar que à inclusão assim como a contextualização advém da construção de uma consciência individual e coletiva, por isso sempre que à escola se aproxima dos conhecimentos prévios dos sujeitos, respeitando suas potencialidades e consegue partir desse ponto para alargar os saberes dos sujeitos aprendentes pela via do currículo escolar que estamos vivenciando uma escola inclusiva e contextualizada.

Desse modo, mesmo sabendo que a lei assegura o direito de todos à educação, podemos encontrar na escola por trás do conceito de diferença uma prática de discriminação aos saberes

dos sujeitos, discriminação e exclusão dos alunos que não desenvolvem as atividades previstas no currículo escolar da mesma forma que aquele estudante idealizado como padrão pelos profissionais da escola. Este estudante excluído pode ser uma pessoa com deficiência, pode ser um estudante com dificuldade de aprendizagem, um estudante que ainda não foi alfabetizado, ou até mesmo um estudante que não apresenta o modelo de comportamento ideal dentro da cultura escolar, ou seja, aquele sujeito que questiona à imposição de regras, ou questiona atividades de reprodução podem ser invisibilizados no cenário escolar.

A história nos mostra que as turmas especiais e de aceleração de estudos foram constituídas por alunos considerados não aptos a acompanhar os demais colegas da turma. Esses se tratavam de indisciplinados, pobres, negros e que apresentavam alguma deficiência. Essa prática de exclusão e segregação baseava-se em laudos médicos ou queixas escolares na tentativa de retirar todos e todas que poderiam ameaçar o modelo de excelência da escola.

Podemos dizer que a legislação educacional brasileira vigente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxe avanços no sentido de garantir que todos os sujeitos, “segundo a capacidade de cada um” devem ter acesso aos níveis mais elevados de ensino (art.208, inciso V). Essa premissa constitucional não pode ser desrespeitada pelos espaços escolares, mas é válido ressaltar que garantir oferta e permanência na escola não é garantia de inclusão e tão pouco de contextualização de saberes, portanto ainda cotidianamente estamos buscando transformar à escola num espaço acolhedor, de respeito as diferenças e pautado nas potencialidades de cada sujeito.

Acreditamos na necessidade de mudança de paradigma de exclusão para inclusão e para isso, convidamos a equipe escolar(professores, gestores e coordenação pedagógica) a compreender que a legislação educacional oficial e os estudos de diversos pesquisadores da educação sugerem que precisamos enxergar os estudantes nas suas especificidades, integrados às suas histórias e às suas comunidades, inclusive, que as pessoas com deficiências têm suas próprias histórias, conhecimentos e relações com o lugar, como qualquer outra pessoa que adentra o espaço escolar.

Por tudo isso, o trabalho realizado na Escola Municipal Professora Terezinha Ferreira de Oliveira situada no bairro Tabuleiro na cidade de Juazeiro-BA vem ao longo dos últimos 10 anos num esforço epistemológico e prático para vivenciar o sentido da inclusão através de uma mobilização dos professores de AEE-Atendimento Educacional Especializado, professores da

sala de aula regular e equipe gestora, pois inclusão nesta unidade escolar se pauta nos fundamentos de Mantoan (2015, p.28) ao afirmar que “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”.

Neste viés ressaltamos um movimento da equipe pedagógica no sentido de realizar observações participantes, estudos de casos, PEI-Plano Educacional Individualizado e principalmente de realização de uma prática pedagógica que respeita os aprendizes com suas potencialidades e condição cognitiva, comportamental e socioemocional, pois sabemos que construir uma escola cada vez mais inclusiva e contextualizada é papel de todos e todas que compõem a unidade escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola real que estamos construindo se desafia a experimentar estimulando os estudantes a participação efetiva respeitando seus desejos e limitações. Um dos resultados verificados nas visitas realizadas pelo professor de AEE na sala de aula regular que um estudante com TEA Transtorno do Espectro Autista cotidianamente ler para os colegas da turma, mostra-se envolvido em compartilhar suas aprendizagens com seus pares sempre contando com o apoio, acolhimento e mediação da professora.

A postura ética e comprometida dessa professora para com todas as crianças inclusive com o estudante com deficiência nos sinaliza um movimento de inclusão e porque não dizer de contextualização com os saberes dos aprendentes, uma vez que a mesma desenvolveu um projeto que surgiu da curiosidade das próprias crianças, lembro-me de acompanhar a mesma desenvolvendo um trabalho de pesquisa e levantamento de hipóteses acerca de como as abelhas produzem o mel? Isso aconteceu porque sua escuta atenta em uma roda de leitura identificou que após a leitura de uma obra literária que tratava dos animais a criança com TEA passou a questionar como as abelhas fazem mel nas flores? Essa questão inicial instigou outras crianças da turma ao levantamento de hipóteses, desse modo o caminho foi planejar uma sequência didática que pudesse contribuir com o alargamento dos saberes prévios dos educandos.

Outra experiência identificada como uma prática inclusiva aconteceu nas aulas de Educação Física numa turma do 9º ano. Nesta turma estudam 3 estudantes com especificidades de aprendizagem, ou seja um estudante com diagnóstico de TEA, um com Deficiência Intelectual e outro com TDAH e Dislexia. Nas aulas teóricas o mesmo percebeu que estes alunos apresentavam desejo em participar, mas que em função da condição física do aluno com Deficiência Intelectual que também tem crises convulsivas e por isso, não pode fazer esforço físico, o estudante com TEA pela sensibilidade auditiva ficava agitado e o que tem TDAH sua dificuldade de seguir comandos em grupo dificultava o desenvolvimento da prática esportiva.

Diante desse contexto, o professor em parceria com o professor de AEE passou a buscar estratégias que contribuíssem com à inclusão entre elas podemos citar: o estudante com dificuldades físicas assumiu a função de árbitro no qual ele que aplicava os cartões no jogo. Enquanto o estudante com TEA usando seu abafador de som conseguiu jogar e interagir com seus colegas e o estudante com TDAH assumiu a função de goleiro buscando manter o foco apenas no gol. Essa experiência aparentemente pode parecer simples, mas, que somente uma equipe que compreende as potencialidades e conhece as limitações pode intervir de forma significativa para que todos e todas participem das atividades previstas no currículo escolar.

Esse modo de ação é fruto de um processo de reflexão crítica da prática gerado nos encontros formativos durante os planejamentos mensais ou AC seminal, nos quais temos como compromisso ressignificar constantemente a prática pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Experimentar o movimento da escola inclusiva e contextualizada é gratificante e temos a consciência que sua construção é um constante reconstruir de concepções e ações, pois o tempo de inclusão e contextualização é hoje ele se caracteriza com um momento de reinventar nossas ideias para uma educação significativa, e temos essa tarefa como compromisso dos tempos atuais.

Temos um grande referencial nacional de orientações legais para a escola inclusiva e o município de Juazeiro possui Diretrizes Curriculares para a contextualização dos saberes, mas para que saiam da lei o sujeito ensinante precisa se desnudar de concepções reprodutoras para que possam reinventar a inclusão com ações que dependem muito do professor como

profissional da educação e, isso temos acompanhado no chão da escola através de posturas mais abertas que ouvem as crianças e adolescentes acolhendo as histórias, potencialidades e diversidades valorizando a identidade humana de forma assertiva.

As palavras de Orrú (2017) contribuem para ratificar a percepção defendida acima, pois para à autora:

O “universal” não traz explicações plausíveis para coisa alguma. Ao contrário, precisa ser detalhado e explicado. Encontramos vetores que são instrumentos de poder para universalizar, para domesticar o outro, para controlar o outro, para dominar, segregar (ORRÚ, 2017 p.17).

As ideias de Orrú(2017) são fundamentos teóricos para a prática de inclusão e contextualização que vem sendo vivenciada na Escola Municipal Terezinha Ferreira de Oliveira, pois cotidianamente buscamos romper com instrumentos universalizados para a experimentação de instrumentos de aprendizagem específicos para cada sujeito aprendente. Pois, como afirmam Reis e Pereira (2006) ampliar a ideia de contextualização é oferecer uma escola que preza pelos saberes escolares, entrelaçados com os conhecimentos afetivos, sociais, morais, culturais e práticos o que ao nosso entender estaríamos consolidando a inclusão, pois incluir é respeitar todas as dimensões dos sujeitos assim, inclusão e contextualização se encontram e se misturam quando:

Poderemos assim, respeitar os conhecimentos e saberes a partir dos seguintes focos: conhecimentos e saberes práticos; conhecimentos e saberes da natureza ético- moral; conhecimentos e saberes teóricos ou intelectuais (Reis e Pereira, 2006, p. 58).

Por fim, é válido frisar que não temos receita para tornar a escola inclusiva, mas temos trilhado caminhos desafiadores permeados por alguns ingredientes como: escuta, estudo, discussões, parceria e respeito as diversidades da escola, para que assim possamos continuar nos construindo como uma escola em processo de mudança.

REFERÊNCIAS

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**1. Reimpressão - São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. 5ª ed. Petrópolis-RJ; Vozes, 2013.

MARTINS, Josemar da Silva. Anotações em torno do conceito de Educação para a Convivência com o Semiárido. In: RESAB (REDE DE EDUCAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO). **Educação para a convivência com o semiárido: reflexões teórico-práticas**. 2ª. ed. Juazeiro: RESAB, 2006.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez. 2011.

MYNAIO, M.C de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4ª edição. São Paulo: Fiocruz, 1996.

ORRÚ, S. E. **O re-inventar da inclusão: os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SILVA, José de Souza. **Aridez mental, problema maior**: Contextualizar a educação para construir o ‘dia depois do desenvolvimento’ no Semiárido Brasileiro. Versão revisada e ampliada do documento de apoio ao “Curso de Especialização em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro”, realizado no Campus de Sumé - PB da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e apresentado no Seminário Nacional de Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido Brasileiro de 31 de maio a 2 de junho de 2010.